



GRUPO PARLAMENTAR

*Por determinação de Sua Excelência
o Presidente da A. R. a SEAP
01.07.05 MP*

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1988/VIII/2ª (AG)

Ex. 11/01
[Signature]

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º do Pedido: 4094
05.02.03
9/7/01

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia da República
Palácio de São Bento
Lisboa

Assunto: Situação no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL)

O Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL) foi inaugurado há um ano, na Freguesia de São Julião do Tojal, no Concelho de Loures.

Este projecto envolveu mais de 20 milhões de contos, visava constituir-se no equipamento mais moderno e avançado do género no País e concentrar todo o comércio grossista de todos os produtos alimentares frescos na Área Metropolitana de Lisboa.

Um ano decorrido, o movimento do MARL não atinge metade do inicialmente previsto, com elevados prejuízos para os comerciantes, que não fazem os negócios que esperavam enquanto os encargos fixos se mantêm, e também para o próprio MARL, porque o pavilhão do pescado que custou três milhões de contos ainda não iniciou a sua actividade e, por isso mesmo, não gera receitas.

Esta situação anómala no MARL parece dever-se à indefinição das políticas do Governo, em especial por não determinar o encerramento dos mercados grossistas num raio de 30 quilómetros como era suposto que acontecesse nos termos do projecto MARL.

Nomeadamente o pavilhão do pescado não entra em funcionamento porque o mercado da Docapesca mantém-se activo e a concorrer com o MARL.

É incompreensível que o Estado defina uma política e uma rede de mercados abastecedores de qualidade, faça avultados investimentos públicos e depois seja incapaz de assegurar as condições de gestão que eram consideradas pressupostos indispensáveis à realização dos objectivos desses equipamentos.

*n.º refer
201 + 11
f.º de...*

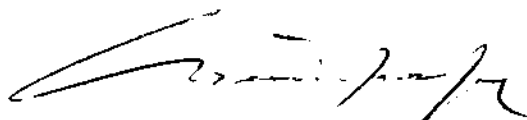
[Handwritten mark]

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, venho requerer por intermédio de V.^a Ex.^a, os seguintes esclarecimentos aos Senhores Ministros da Agricultura e da Economia:

1. Que medidas concretas tenciona o Governo tomar e quando, para que o MARL alcance os níveis normais de operacionalidade e de rentabilidade?
2. Vai o Governo manter em funcionamento a Docapesca e se sim, quais as verbas que nela vai investir para a dotar das condições técnicas e higiénicas adequadas?
3. Como explicar a construção de um pavilhão do pescado, por três milhões de contos, para estar encerrado?
4. Quem vai compensar o MARL dos prejuízos que já está a acumular? O Estado exclusivamente, ou o Estado e as Câmaras Municipais accionistas que vai dar ao mesmo — aos **impostos dos portugueses**?

Lisboa, 6 de Julho de 2001

O Deputado



Arménio dos Santos